



CBD Women

SBSTTA-27

Análise dos resultados sob
uma perspectiva de gênero

Novembro de 2025



Introdução

A 27^a reunião do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico da CDB (SBSTTA-27) representou um momento crítico para avançar na implementação do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal (KM-GBF). Em todos os pontos da agenda, as negociações evidenciaram tanto avanços quanto divergências políticas significativas, com muitas recomendações amplamente entre colchetes e questões centrais adiadas para a COP17. Para o Coletivo de Mulheres da CDB, esta sessão reafirmou uma lacuna persistente: embora mulheres e meninas em toda a sua diversidade, incluindo aquelas de Povos Indígenas, comunidades locais e povos afrodescendentes, que constituem coletivos e estilos de vida tradicionais, sejam fundamentais para a ação em biodiversidade, seus direitos, conhecimentos, liderança e vivências seguem insuficientemente reconhecidos nos processos de tomada de decisão científica e técnica. Este documento apresenta uma análise dos resultados da SBSTTA-27 sob a perspectiva do Coletivo de Mulheres da CDB, organizada com base em todos os pontos de agenda discutidos durante a reunião. Cada ponto responde a quatro perguntas-chave: (1) do que se trata o tema; (2) por que ele é relevante para a justiça de gênero; (3) o que aconteceu — ou deixou de acontecer — durante as negociações; e (4) o que precisa ser feito para avançar os direitos das mulheres rumo à COP17.

Convidamos você a ler, compartilhar e utilizar esta análise para fortalecer nossa incidência coletiva por uma implementação verdadeiramente justa, inclusiva e transformadora da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Item 3. Planejamento, monitoramento, elaboração de relatórios e revisão: avaliação global do progresso coletivo na implementação do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal.

► Sobre o que é este item?

Este ponto da agenda concentrou-se no Relatório Global sobre o Progresso Coletivo, principal produto da Avaliação Global de como o mundo está implementando o Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal (KM-GBF). A Avaliação Global é um processo essencial de responsabilização mútua entre as Partes e Atores Não Estatais (ANE) sobre como estamos avançando nos elementos transversais, Metas e Objetivos do marco global — e garantindo que isso ocorra de forma inclusiva, eficaz, com abordagem de direitos e sensível às questões de gênero.

Na SBSTTA-27, as Partes tiveram a responsabilidade de analisar o esboço anotado do Relatório Global e fornecer orientações científicas e técnicas para fortalecer sua estrutura, sua base de evidências e sua abordagem. Com base em uma nota preparada pela Secretaria e pelo trabalho de um Grupo Consultivo, a SBSTTA-27 recebeu o mandato de recomendar melhorias ao esboço do documento.

➤ Por que este item é relevante para a justiça de gênero?

O Relatório Global precisa apresentar um panorama completo de como a igualdade e a justiça de gênero, bem como as considerações de direitos humanos, estão sendo integradas na implementação das ENABs e Metas Nacionais, incluindo o uso de indicadores e dados desagregados por sexo/gênero. Isso é mandatado por diversas decisões da COP e pela Seção C do KM-GBF. Sem essa integração explícita, o Relatório Global e a Avaliação Global correm o risco de reproduzir análises cegas ao gênero, que desconsideram as contribuições, necessidades e direitos de mulheres e meninas em toda a sua diversidade.

Por essa razão, o Coletivo concentrou-se em três prioridades centrais:

- Garantir que os resultados da revisão de meio termo do Plano de Ação de Gênero (PAG) orientem o processo da Avaliação Global para avaliar se o KM-GBF está sendo implementado de maneira sensível às questões de gênero. Igualdade e justiça de gênero são elementos centrais de uma Abordagem Baseada em Direitos Humanos (ABDH).
- Assegurar que o diálogo técnico informal já acordado ([decisão COP 16/32](#)) e outras oportunidades de intercâmbio com Povos Indígenas e comunidades locais, mulheres e juventudes sejam devidamente financiados e realizados.
- Integrar plenamente os compromissos e contribuições dos Atores Não Estatais (ANE) incluindo histórias, prioridades e experiências de mulheres — no Relatório Global, amparados por dados desagregados.

Essa dimensão é particularmente importante porque buscamos que mulheres e meninas, em toda a sua diversidade, tenham uma voz forte e coletiva no processo e que suas contribuições sejam plenamente reconhecidas na Avaliação Global.



► O que aconteceu (ou deixou de acontecer) durante as negociações?

O esboço anotado do Relatório Global foi, em geral, bem recebido pelas Partes. A análise da seção C, o progresso em relação a cada meta, o uso de indicadores e de dados desagregados são mencionados no esboço para orientar o desenvolvimento do Relatório Global. Ressaltou-se a importância de que os Relatórios Nacionais sejam submetidos no prazo, em fevereiro de 2026.

Seguem existindo divergências entre as Partes sobre quais fontes de informação e dados devem ser priorizadas. Algumas destacaram que os Relatórios Nacionais são a principal fonte e que a qualidade de dados de outras origens deve ser verificada pelas Partes, evitando contabilização dupla. Outras Partes e Observadores enfatizaram a relevância das contribuições de Atores Não Estatais (ANE), do Conhecimento Tradicional e de outras fontes para uma avaliação abrangente do progresso coletivo, em conformidade com o princípio de “toda a sociedade” do KM-GBF.

Nesse sentido, dois aspectos fundamentais da decisão 16/32 — referentes ao apoio a Povos Indígenas e comunidades locais, mulheres e juventudes para compartilhamento de informações, e ao diálogo técnico informal multissetorial — não estavam destacados no documento inicial de negociação. No entanto, a previsão sobre o diálogo foi reinserida no texto final graças à articulação estratégica de Partes e do Coletivo de Mulheres da CDB.

Durante as negociações, grandes grupos reforçaram que seus compromissos e contribuições devem ter maior peso no Relatório Global e em todo o processo da Avaliação Global — manifestações feitas em plenária e apoiadas por diversas Partes.

Um ponto central de discordância diz respeito à natureza das recomendações que emergirão do Relatório Global. Enquanto a maioria das Partes se opõe a medidas prescritivas, outras Partes — e especialmente Observadores — defendem que a Avaliação Global deve impulsionar uma ação mais rápida e ajustes nas ENABs, para que as Metas e Objetivos do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal sejam alcançados de forma eficaz, justa e inclusiva.

E agora? Ações necessárias para garantir justiça de gênero

À medida que avançamos rumo à COP17, onde ocorrerá a Avaliação Global, o Coletivo de Mulheres da CDB propõe as seguintes ações:

- Garantir que os resultados da revisão de meio termo do Plano de Ação de Gênero (PAG) orientem o conteúdo, a análise e as recomendações do Relatório Global — e que essa revisão seja reconhecida como um marco significativo dentro do processo da Avaliação Global na COP17.
- Criar oportunidades significativas e devidamente financiadas para que organizações e redes de mulheres participem ativamente nos níveis nacional e regional — por meio de diálogos, eventos e espaços participativos — para compartilhar conhecimentos e iniciativas, assegurando que seus papéis e contribuições sejam refletidos nos Relatórios Nacionais. Além disso, apoiar organizações de mulheres no envio de contribuições on-line para que possam influenciar diretamente a construção da narrativa do Relatório Global.
- Ao elaborar seus Relatórios Nacionais, as Partes podem promover a geração e o uso de dados sensíveis às questões de gênero, incluindo informações desagregadas por sexo/gênero e a documentação do conhecimento e da liderança de mulheres na biodiversidade, fortalecendo assim a base de evidências do Relatório Global.

Item 4. Questões relacionadas ao programa de trabalho da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES).

➤ **Sobre o que é este item?**

Este ponto da agenda trata de como a Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) contribui para o trabalho da Convenção, especialmente no apoio à implementação do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal (KM-GBF).

Nesse contexto, as Partes foram convidadas a considerar o papel das avaliações da IPBES — incluindo as Avaliações sobre Nexus e sobre Mudanças Transformadoras — na oferta de informações científicas e técnicas relevantes para os trabalhos no âmbito da CDB, bem como formas de alinhar os ciclos de trabalho entre a IPBES e a CDB, garantindo insumos científicos oportunos e coerentes nos processos da Convenção.

Paralelamente, esperava-se que as Partes discutissem opções para fortalecer a incorporação dos resultados da IPBES nos processos nacionais, como nas atualizações das ENABs e no desenvolvimento de indicadores

➤ **Por que este item é relevante para a justiça de gênero?**

As avaliações da IPBES influenciam como as Partes da CDB interpretam os motores da perda de biodiversidade, formulam políticas, alocam recursos e monitoram o progresso. Para o Coletivo de Mulheres da CDB, garantir que a produção e a incorporação do conhecimento da IPBES sejam sensíveis às questões de gênero é, portanto, uma prioridade estratégica no âmbito da SBSTTA-27.

Como já reforçam as Avaliações sobre Nexus e sobre Mudanças Transformadoras, mulheres e meninas desempenham um papel central como detentoras de conhecimento e como agentes em sistemas interconectados: biodiversidade, clima, terra, água, alimentação e saúde. No entanto, desigualdades estruturais persistentes continuam a limitar seu acesso a recursos, dados, financiamento, tecnologias e espaços de tomada de decisão.

Essas lacunas precisam ser superadas para que as metas e objetivos do KM-GBF sejam alcançados. Assim, o Coletivo de Mulheres da CDB demandou:

- Integração sistemática da igualdade e da justiça de gênero em todas as futuras avaliações da IPBES;
- Reconhecimento de que a mudança transformadora envolve alterar relações de poder, e não apenas ampliar a participação;
- Abordagem dos sistemas econômicos como motores estruturais tanto da perda de biodiversidade quanto da desigualdade de gênero;
- Garantia de que a CDB incorpore os achados da IPBES, inclusive os relacionados a gênero e direitos humanos.

► O que aconteceu (ou deixou de acontecer) durante as negociações?

Durante a SBSTTA-27, as Partes não conseguiram chegar a um consenso sobre se deveriam “acolher” ou apenas “tomar nota” das Avaliações da IPBES sobre Nexus e Mudanças Transformadoras. Essa disputa dominou o debate da agenda e impediu um aprofundamento na discussão de seus achados substantivos.

Embora muitas Partes tenham demonstrado amplo apoio — com fortes chamados para integrar melhor os princípios, abordagens e evidências dessas avaliações aos programas de trabalho do KM-GBF e da CDB —, um pequeno grupo de países se opôs a uma linguagem mais robusta, argumentando que alguns conteúdos seriam prescritivos ou ultrapassariam o mandato da Convenção.

Como resultado, vários parágrafos essenciais — especialmente aqueles relacionados à visibilidade de diferentes atores, à participação sensível ao gênero e baseada em direitos, à abordagem “Uma Só Saúde”, e à incorporação dos resultados em políticas — permaneceram fortemente entre colchetes.

Embora alguns parágrafos mais procedimentais tenham avançado, a maior parte do projeto de decisão foi encaminhada à COP17 sem resolução, perdendo-se uma oportunidade crítica de traduzir os entendimentos sistêmicos das avaliações em orientações práticas para a implementação do KM-GBF.

E agora? Ações necessárias para garantir justiça de gênero

À medida que avançamos rumo à COP17, o Coletivo de Mulheres da CDB propõe as seguintes ações:

- Acolher sem ambiguidades as Avaliações da IPBES sobre Nexus e Mudanças Transformadoras como orientações científicas essenciais para a implementação do KM-GBF. A COP17 deve resolver os colchetes atuais aprovando essas avaliações, reconhecendo que suas evidências e caminhos são fundamentais para que as Partes enfrentem os motores estruturais da perda de biodiversidade e impulsionem ações transformadoras nos níveis nacional e local.
- Exigir que as futuras avaliações da IPBES deixem de ser cegas às questões de gênero, e passem a integrar de forma sistemática análises de gênero/interseccionais e diversos sistemas de conhecimento, em todos os processos: desde a composição de equipes autoras até a geração de evidências e o desenvolvimento de ferramentas de apoio a políticas.
- Investir em interfaces ciência-política inclusivas e lideradas por comunidades, que reconheçam conhecimentos e direitos diferenciados por gênero. Isso inclui: fortalecer a participação e liderança de mulheres como detentoras de conhecimento; apoiar a tradução dos resultados da IPBES em políticas nacionais sensíveis ao gênero; e destinar recursos previsíveis para garantir uma integração de toda a sociedade, baseada em direitos, da ciência nos esforços de implementação do KM-GBF.

Item 5. Biodiversidade e mudança do clima

► Sobre o que é este item?

Este ponto da agenda concentrou-se no fortalecimento da coerência entre políticas de biodiversidade e ação climática, assegurando que as medidas para enfrentar uma crise não comprometam o progresso na outra e que as oportunidades de sinergias sejam maximizadas.

Nesse contexto, as Partes foram convidadas a analisar o rascunho do suplemento às Diretrizes Voluntárias para o Planejamento e a Implementação Eficaz de Abordagens Baseadas em Ecossistemas para Adaptação à Mudança do Clima e Redução de Riscos de Desastres. Esse trabalho também incluiu a possível atualização de salvaguardas sociais e ambientais adequadas ao propósito, com base em marcos de salvaguardas já existentes. Além disso, as Partes foram instadas a refletir sobre opções para aumentar a coerência de políticas entre as Convenções do Rio (CDB, UNFCCC e UNCCD), inclusive por meio de um possível programa de trabalho conjunto.

► Por que este item é relevante para a justiça de gênero?

Mulheres e meninas, abrangendo Povos Indígenas, comunidades locais e afrodescendentes, com modos de vida tradicionais, já lideram soluções coerentes, holísticas e comunitárias para enfrentar as crises da biodiversidade e do clima. No entanto, essas contribuições seguem amplamente não reconhecidas, subfinanciadas e insuficientemente protegidas nos regimes de clima e biodiversidade.

Ao mesmo tempo, várias “soluções” propostas — especialmente as que não enfrentam os motores estruturais da degradação ambiental ou que dependem fortemente de mecanismos de mercado ou compensação — correm o risco de aprofundar desigualdades existentes e causar ainda mais danos a mulheres, juventudes e comunidades na linha de frente.

Antes da SBSTTA-27, o Coletivo de Mulheres da CDB destacou três demandas prioritárias:

- Assegurar coerência transformadora e alinhada aos direitos humanos entre as agendas de biodiversidade e clima;
- Aplicar abordagens sensíveis às questões de gênero e baseadas em direitos humanos em todas as ações que conectam clima e biodiversidade;
- Garantir acesso equitativo e sensível ao gênero aos financiamentos para biodiversidade e clima.

► O que aconteceu (ou deixou de acontecer) durante as negociações?

As discussões durante a SBSTTA-27 avançaram de forma lenta e muitas vezes ficaram travadas em questões procedimentais. Como resultado, grande parte do texto permaneceu fortemente entre colchetes nas recomendações para a COP17 — e em mais atrasos na implementação de ações concretas.

Embora a agenda previsse analisar o suplemento às Diretrizes Voluntárias para o Desenho e Implementação Eficaz de Abordagens Baseadas em Ecossistemas para Adaptação à Mudança do Clima e Redução de Riscos de Desastres, as Partes concordaram em adiar esse trabalho para um processo posterior de revisão por pares. Um ponto positivo é que mulheres, juventudes, Povos Indígenas e comunidades locais, e outras partes interessadas serão incluíd*as nesse processo de revisão. Nas recomendações preliminares à COP17, apenas um parágrafo preambular incentivando ações sensíveis às questões de gênero permaneceu sem colchetes. Contudo, um parágrafo operativo proposto, que solicitava contribuições sobre os impactos de compensações de carbono e biodiversidade e outros mecanismos de mercado sobre Povos Indígenas, comunidades locais, mulheres e juventudes, foi removido.

Algumas Partes também pediram a remoção ou colocação entre colchetes de referências aos pareceres jurídicos da Corte Internacional de Justiça e do Tribunal Internacional do Direito do Mar. Embora o texto inclua referências ao fortalecimento da coerência entre estruturas de monitoramento e reporte, ainda é necessário maior alinhamento com as Metas 22 e 23 e com o Plano de Ação de Gênero.

A SBSTTA também solicitou a organização de intercâmbios de informação técnica para explorar sinergias entre as Convenções do Rio e desenvolver um roteiro multinível com ações de curto, médio e longo prazo, incluindo um estudo de mapeamento para identificar ações concretas e lacunas ou sobreposições em políticas existentes. No entanto, não está claro se atores não estatais serão incluídos nesse processo.

► E agora? Ações necessárias para garantir justiça de gênero

À medida que avançamos rumo à COP17, o Coletivo de Mulheres da CDB propõe as seguintes ações:

- Adotar abordagens que enfrentem os motores estruturais da perda de biodiversidade e da crise climática. Governos, agências da ONU e organizações de conservação devem priorizar políticas que abordem a dependência de combustíveis fósseis, a poluição, os padrões insustentáveis de produção e consumo e as desigualdades arraigadas — em vez de se apoiarem em soluções estreitas ou baseadas em mercado que tratam apenas os sintomas e perpetuam o “business as usual”.
- Garantir financiamento sensível ao gênero e culturalmente adequado, com acesso direto para titulares de direitos. Financiadores e governos devem assegurar recursos previsíveis, acessíveis e equitativos para Povos Indígenas, comunidades locais e mulheres e meninas em toda a sua diversidade — incluindo aquelas de grupos afrodescendentes e de base comunitária — por meio de procedimentos simplificados, janelas de financiamento dedicadas e salvaguardas sociais e ambientais robustas.
- Assegurar coerência com o Plano de Ação de Gênero (PAG) e com as Metas 22 e 23 do KM-GBF em todas as políticas que conectam biodiversidade e clima. As Partes devem integrar abordagens sensíveis ao gênero e baseadas em direitos nas estratégias nacionais de biodiversidade e clima, em ações baseadas em ecossistemas e nos marcos de monitoramento e reporte; além disso, devem garantir que salvaguardas, diretrizes de Soluções Baseadas na Natureza e a cooperação das Convenções do Rio estejam plenamente alinhadas aos princípios e obrigações do PAG.

Item 6. Necessidades científicas e técnicas para apoiar a implementação do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal

► **Sobre o que é este item?**

Este ponto da agenda tratou de como a Convenção pode organizar, atualizar e fortalecer seu trabalho científico e técnico para apoiar a implementação eficaz do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal (KM-GBF).

Nesse item, as Partes analisaram três áreas interligadas:

- Revisão estratégica e análise de todos os programas de trabalho existentes no âmbito da Convenção e preparação de atualizações preliminares para alinhá-los ao KM-GBF, conforme mandatado pelas Decisões da COP 15/4 e 16/12;
- Revisão estratégica e atualização preliminar do Programa Ampliado de Trabalho sobre Biodiversidade Florestal, com base em contribuições e insumos técnicos de especialistas compilados pela Secretaria;
- Áreas de potencial trabalho adicional identificadas pela COP — incluindo planejamento espacial sensível à biodiversidade; poluição e biodiversidade; atividades sustentáveis baseadas na biodiversidade; equidade e igualdade de gênero; e sistemas de valores diversos da natureza.
- A SBSTTA foi incumbida de revisar estas informações e preparar recomendações para a COP17 sobre como atualizar, fortalecer e priorizar os programas de trabalho científico e técnico necessários para apoiar a implementação do KM-GBF.

► **Why is it relevant for gender justice?**

À medida que a CDB revisa e atualiza seus programas de trabalho e identifica novas áreas de apoio científico e técnico para o KM-GBF, é essencial que cada programa integre explicitamente uma perspectiva de gênero. A revisão estratégica confirmou a importância fundamental do tema transversal Gênero e Biodiversidade, recomendando sua manutenção com apenas pequenas atualizações e reconhecendo que a igualdade de gênero é uma base estrutural para a implementação do KM-GBF.

Ainda assim, persistem grandes lacunas: as ferramentas e diretrizes permanecem amplamente neutras em relação ao gênero, os dados de gênero são escassos, e as capacidades institucionais para implementar o Plano de Ação de Gênero (PAG) continuam desiguais. Por isso, fechar essas lacunas, fortalecer a liderança de mulheres e garantir ciência e trabalho técnico sensíveis ao gênero é crucial para uma ação em biodiversidade que seja eficaz, equitativa e baseada em direitos.

Antes da SBSTTA-27, o Coletivo de Mulheres da CDB destacou três demandas prioritárias:

- Fortalecer e financiar o tema de trabalho “Gênero e Biodiversidade”, garantindo implementação coordenada, desenvolvimento de capacidades e mecanismos de responsabilização — para que os compromissos de gênero se traduzam em resultados concretos em todos os programas;
- Abordar lacunas sistêmicas identificadas no SBSTTA/26/INF/15, incluindo: falta de análises de gênero em ferramentas existentes; abordagens neutras ao gênero no acesso à terra e a recursos; capacidade institucional limitada para operacionalizar o PAG; e pouca documentação de lições aprendidas;
- Avançar ciência e trabalho técnico sensíveis ao gênero, incluindo dados desagregados por sexo/gênero, metodologias responsivas às questões de gênero e integração significativa dos conhecimentos tradicionais, locais e científicos das mulheres no monitoramento, na pesquisa e na tomada de decisão em biodiversidade — em conformidade com a Meta 23 e com obrigações de direitos humanos.

► O que aconteceu (ou deixou de acontecer) durante as negociações?

Na SBSTTA-27, as discussões deste item ocorreram em três subitens e foram marcadas por progresso lento, divergências procedimentais e forte uso de colchetes, deixando a maior parte do trabalho para a COP17.

Sobre a revisão estratégica dos Programas de Trabalho (PdT), as Partes divergiram quanto ao escopo da revisão — se deveria incluir temas transversais — e sobre como encaminhar os resultados. No fim, concordou-se apenas em solicitar à Secretaria que proponha uma abordagem sistemática e um cronograma para futuras revisões.

No caso do Programa Ampliado de Trabalho sobre Biodiversidade Florestal, toda a recomendação, incluindo o anexo com atividades, permaneceu totalmente entre colchetes, devido a preocupações sobre carga de trabalho, alinhamento ao KM-GBF e a necessidade ou não de novas orientações. Apesar disso, o Coletivo de Mulheres da CDB conseguiu garantir, por meio de incidência contínua fora da plenária, a inclusão de linguagem referenciando o Plano de Ação de Gênero e ações para reconhecer papéis de gênero e adotar abordagens sensíveis ao gênero na conservação e restauração florestal — ainda que tudo isso siga entre colchetes.

Por fim, no subitem de áreas de possível trabalho adicional, as negociações foram fortemente polarizadas, resultando na exclusão completa da seção sobre equidade, igualdade de gênero e direitos humanos, e deixando a maioria das propostas sobre poluição, planejamento espacial, atividades sustentáveis baseadas na biodiversidade e sistemas de valores diversos bracketadas.

A combinação de questões políticas não resolvidas, divergências sobre processo e tempo limitado fez com que a SBSTTA-27 alcançasse apenas avanços parciais, com muitas decisões substantivas adiadas para a COP17.

► E agora? Ações necessárias para garantir justiça de gênero

À medida que as Partes avançam rumo à COP17, é essencial que a revisão e atualização em curso dos Programas de Trabalho (PdTs) da CDB fortaleça — e não enfraqueça — a integração da igualdade de gênero em todo o trabalho científico e técnico da Convenção. O tema transversal sobre Gênero e Biodiversidade não pode permanecer apenas como um princípio formal; precisa ser operacionalizado em todas as áreas temáticas, alinhado com a Seção C e a Meta 23 do KM-GBF, e informado pelas lições da revisão de meio termo do Plano de Ação de Gênero (PAG).

Para garantir que as atualizações dos PdTs apoiem de forma significativa uma implementação justa e eficaz do KM-GBF, o Coletivo de Mulheres da CDB recomenda que as Partes e demais atores:

- Adotem uma metodologia transparente, inclusiva e participativa para a atualização dos Programas de Trabalho e temas transversais, assegurando que Povos Indígenas, comunidades locais, mulheres, juventudes e titulares de direitos possam participar de forma plena em todo o processo;
- Mantenham e fortaleçam o tema transversal “Gênero e Biodiversidade” como área de trabalho independente, operacionalizando plenamente o PAG por meio de objetivos, ações, indicadores e salvaguardas sensíveis ao gênero em todos os PdTs e processos científico-técnicos;
- Retenham e avancem o trabalho sobre equidade, igualdade de gênero e abordagem baseada em direitos humanos na seção de “Áreas de Potencial Trabalho Futuro”, garantindo sua visibilidade e assegurando que a orientação científica e técnica refletia as contribuições, os sistemas de conhecimento e os impactos diferenciados das mulheres em toda a governança da biodiversidade.

Item 7. Avaliação e gestão de riscos

► Sobre o que é este item?

Este ponto da agenda focou-se nos processos científicos e técnicos para a avaliação e gestão de riscos de organismos vivos modificados (OVMs) no âmbito do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Os OVMs, organismos que contêm novas combinações de material genético obtidas através da biotecnologia moderna, requerem uma avaliação cuidadosa para evitar potenciais efeitos adversos na biodiversidade, na saúde dos ecossistemas e na segurança alimentar. No âmbito deste ponto, o SBSTTA foi incumbido de considerar os resultados do trabalho intersessional sobre avaliação de riscos, incluindo o relatório do Grupo de Peritos Técnicos Ad Hoc (AHTEG) criado para avaliar as necessidades e prioridades das Partes relativamente a materiais de orientação adicionais, com base nos critérios acordados na decisão [CP-9/13](#).

Em consonância com a decisão [CP-11/7](#), as Partes foram convidadas a apresentar informações detalhadas sobre suas necessidades de orientações adicionais em tópicos específicos de avaliação de risco de OGMs. O SBSTTA-27, portanto, analisou um resumo dessas submissões, a avaliação do AHTEG e suas recomendações sobre a necessidade de materiais de orientação novos ou atualizados. Com base nessas informações, o SBSTTA-27 foi incumbido de preparar recomendações para a COP-MOP 12 (a décima segunda reunião das Partes do Protocolo de Cartagena), que determinará os próximos passos para o desenvolvimento de orientações futuras, capacitação e trabalho em avaliação e gestão de riscos de OGMs.

► Por que este item é relevante para a justiça de gênero?

A avaliação e a gestão de riscos de organismos vivos modificados (OVMs) têm implicações significativas para os ecossistemas, os sistemas alimentares e o bem-estar das comunidades, áreas em que mulheres e meninas em toda a sua diversidade, incluindo povos indígenas, comunidades locais e pessoas de ascendência africana, que compõem coletivos que incorporam estilos de vida tradicionais, desempenham papéis centrais na gestão, na transmissão de conhecimento e na governança local. As decisões sobre OVMs influenciam a agricultura, a conservação da biodiversidade e a saúde ambiental, mas as perspectivas de gênero permanecem amplamente ausentes das orientações técnicas e dos processos de capacitação no âmbito do Protocolo de Cartagena. Garantir que as avaliações científicas, as salvaguardas e os processos de tomada de decisão considerem o conhecimento diferenciado por gênero, os direitos e os impactos potenciais é essencial para evitar danos, fortalecer a responsabilização e defender a participação equitativa, em consonância com a Estratégia de Gênero e o Plano de Ação para a Igualdade de Gênero.

As principais reivindicações do Caucus Feminino do CBD ao entrar na SBSTTA-27 foram:

- Incluir especialistas de ciências sociais interdisciplinares no próximo Grupo Técnico de Peritos Ad Hoc para fortalecer a análise das considerações sociais, éticas e de direitos humanos, juntamente com os critérios científicos e técnicos.
- Garantir a participação significativa de mulheres, jovens e titulares de direitos diversos no desenvolvimento de materiais de orientação, iniciativas de capacitação e atividades de implementação.
- Integrar a abordagem "Uma Só Saúde" em todos os aspectos da avaliação e gestão de riscos, garantindo atenção às dimensões ecológica, humana e sociocultural.

► O que aconteceu (ou deixou de acontecer) durante as negociações?

As negociações relativas a este ponto progrediram lentamente e foram marcadas por um espaço limitado para a participação de observadores, não tendo sido concedida a palavra ao Grupo de Mulheres da CDB durante a primeira discussão plenária. Apesar deste revés, a pressão constante nos Grupos de Contacto subsequentes permitiu ao Grupo influenciar o texto, garantindo a inclusão de mulheres e jovens no Parágrafo 10, que agora faz referência ao seu papel na partilha de informações, no desenvolvimento de capacidades e em atividades de desenvolvimento relevantes. Contudo, não se chegou a um consenso sobre a maioria dos parágrafos operacionais, incluindo os associados às recomendações do anterior Grupo de Peritos Técnicos Ad Hoc (AHTEG), deixando grandes partes do texto entre parênteses e adiadas para a COP17. Os debates centraram-se na questão de priorizar o desenvolvimento de capacidades, elaborar novos materiais de orientação ou convocar um novo AHTEG, tendo algumas Partes se oposto tanto às recomendações existentes do AHTEG como à criação de um novo grupo de peritos.

Essa falta de consenso ameaça paralisar o progresso na elaboração de diretrizes urgentemente necessárias e, mais preocupante, atrasa a possibilidade de desenvolver materiais com perspectiva de gênero, deixando as diretrizes existentes desatualizadas e sem levar em conta a questão de gênero. Por fim, algumas Partes manifestaram preocupação com a transparéncia do processo e com a condução do trabalho intersessional, o que aumenta ainda mais a incerteza sobre o andamento dos trabalhos referentes a este item antes da COP17.

► E agora? O que precisamos fazer para avançar os direitos das mulheres?

À medida que as negociações avançam rumo à COP17, é essencial que as Partes garantam o desenvolvimento de orientações sólidas sobre avaliação e gestão de riscos de organismos vivos modificados (OVMs) e assegurem que os processos futuros não permaneçam paralisados por disputas procedimentais. Sem orientações claras, atualizadas e inclusivas, os países correm o risco de tomar decisões que desconsiderem tanto os riscos ecológicos quanto os impactos diferenciados de gênero sobre mulheres e meninas.

Nesse sentido, o Coletivo de Mulheres da CDB propõe:

- Retomar o avanço no desenvolvimento de orientações abrangentes para avaliação de riscos de OVMs — e assegurar que sejam explicitamente sensíveis às questões de gênero. As Partes devem priorizar a resolução dos textos entre colchetes na COP17, determinar a continuidade dos trabalhos técnicos sobre materiais de orientação e exigir a integração de análise de gênero, sistemas de conhecimento diversos e salvaguardas baseadas em direitos humanos em todas as ferramentas futuras.
- Garantir participação significativa de mulheres, juventudes e especialistas comunitárixs em todos os processos de biossegurança. Isso inclui sua participação no desenvolvimento de materiais de orientação, em iniciativas de intercâmbio de informações, em programas de fortalecimento de capacidades e em futuros grupos técnicos de especialistas — reconhecendo suas contribuições essenciais para a biossegurança, agricultura e governança dos ecossistemas.
- Investir em evidências e capacidades em nível comunitário para apoiar uma governança de OVMs segura e equitativa. As Partes, agências da ONU e financiadores devem apoiar a coleta de experiências locais sobre OVMs, promover a formação de mulheres e organizações comunitárias e assegurar que os marcos nacionais de biossegurança incorporem processos, monitoramento e salvaguardas sensíveis ao gênero.

Item 8. Espécies exóticas invasoras

► Sobre o que é este item?

Este ponto da agenda trata dos avanços realizados nos trabalhos intersessionais sobre Espécies Exóticas Invasoras (EEIs), em apoio à Meta 6 do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal (KM-GBF). De acordo com as decisões 16/18 e 16/2, foi solicitado à Secretaria Executiva que fortaleça a colaboração entre organizações relevantes por meio do Grupo de Articulação Interagencial sobre Espécies Exóticas Invasoras, que convoque um fórum on-line aberto para troca de informações e experiências sobre medidas de prevenção, controle, manejo e erradicação de EEIs — incluindo como integrar essas ações com a abordagem Uma Só Saúde (One Health) — e que compile contribuições de Partes e demais atores interessados. Assim, a SBSTTA-27 recebeu uma nota da Secretaria resumindo essas atividades, incluindo os resultados da 14ª reunião do Grupo de Articulação e do fórum on-line, e foi convidada a tomar ciência dessas informações e preparar recomendações para a COP17.

► Por que este item é relevante para a justiça de gênero?

Espécies exóticas invasoras afetam de forma desproporcional os sistemas alimentares, a saúde, os territórios e os meios de subsistência de mulheres e meninas em toda a sua diversidade, incluindo povos indígenas, comunidades locais e pessoas de ascendência africana, que compõem coletivos que incorporam estilos de vida tradicionais e que muitas vezes são responsáveis pela proteção de sementes, agricultura tradicional e gestão de ecossistemas. Ao mesmo tempo, essas mulheres detêm um profundo conhecimento ecológico essencial para a prevenção, detecção precoce, monitoramento e erradicação, mas essa expertise permanece subvalorizada, sub-representada e inadequadamente protegida. À medida que o manejo de espécies invasoras depende cada vez mais de ferramentas digitais, informações genômicas e plataformas de compartilhamento de dados, garantir a proteção do conhecimento tradicional e a soberania dos dados torna-se urgente. Integrar abordagens sensíveis ao gênero, baseadas em direitos e na perspectiva de Saúde Única na governança de espécies invasoras é, portanto, fundamental tanto para a implementação eficaz da Meta 6 quanto para o fortalecimento da resiliência das pessoas, dos ecossistemas e dos sistemas alimentares.

As principais reivindicações do Caucus Feminino do CBD ao entrar na SBSTTA-27 foram:

- Reconhecer o conhecimento único das mulheres e apoiar sua liderança e ações na prevenção, monitoramento, controle e restauração de espécies invasoras. As políticas devem garantir sua plena participação, liderança e acesso direto ao apoio financeiro, técnico e de capacitação necessário para implementar respostas eficazes às espécies invasoras.
- Estabelecer salvaguardas contra a biopirataria, incluindo a biopirataria digital, para garantir que os dados, o conhecimento e as inovações dos povos indígenas e das comunidades locais, incluindo o conhecimento único detido pelas mulheres entre eles, sejam respeitados, protegidos e governados por meio de abordagens baseadas em direitos, incluindo a soberania de dados.
- Esclarecer e aplicar uma abordagem inclusiva de Saúde Única para a gestão de espécies exóticas invasoras. A abordagem de Saúde Única deve refletir as dimensões ecológica, social e de gênero, garantindo coerência entre a avaliação de riscos, as diretrizes técnicas, o desenvolvimento de políticas e a capacitação para a governança de espécies invasoras.

► O que aconteceu (ou deixou de acontecer) durante as negociações?

O grupo de trabalho não teve a palavra na plenária, mas, por meio de ações de advocacy em grupos de contato, ajudamos a garantir a inclusão de mulheres e jovens como atores na gestão de espécies exóticas invasoras (EEI), embora essa menção permaneça entre colchetes, assim como a maioria das referências à abordagem "Uma Só Saúde", à participação das partes interessadas e à relação entre mudanças climáticas e EEI. As partes concordaram que as EEI representam uma grande ameaça à biodiversidade, aos meios de subsistência, à saúde e às economias, e apoiaram amplamente o aumento do financiamento, o desenvolvimento de capacidades, a acessibilidade aos dados e a cooperação regional. No entanto, as negociações divergiram em relação ao envolvimento do setor privado, ao Consentimento Livre, Prévio e Informado e à inclusão de uma lista de atores não estatais, o que resultou em extensos trechos entre colchetes na minuta da recomendação.

Embora o Documento de Conferência tenha sido aprovado com pequenas alterações, pontos-chave permanecem sem solução na COP17, incluindo solicitações à Secretaria sobre coordenação com o Grupo de Ligação, desenvolvimento de materiais de treinamento, detecção precoce e resposta rápida, transferência de tecnologia e melhorias no Portal de Espécies Exóticas Invasoras. Essa falta de consenso ameaça paralisar a orientação técnica urgentemente necessária e atrasa ainda mais a expectativa de abordagens com perspectiva de gênero para a prevenção, o controle e o monitoramento de espécies exóticas invasoras.

E agora? O que precisamos fazer para avançar os direitos das mulheres?

Com muitos elementos-chave ainda em suspenso, a defesa de interesses que antecede a COP17 deve concentrar-se em restaurar a ambição, garantir salvaguardas e assegurar que os recursos técnicos e financeiros cheguem àqueles que já contribuem com conhecimentos essenciais no terreno. Nesse sentido, a CDB-WC sugere o seguinte:

- Garantir o reconhecimento e o financiamento do papel das mulheres na gestão de espécies exóticas invasoras. Promover a inclusão explícita do conhecimento tradicional e científico das mulheres, bem como o acesso direto a apoio financeiro, técnico e de capacitação, para assegurar que os esforços de prevenção, detecção precoce, monitoramento e erradicação sejam sensíveis às questões de gênero e estejam enraizados na comunidade.
- Proteger o conhecimento e defender os direitos em todos os dados relacionados a espécies exóticas invasoras e nos processos de tomada de decisão. Exigir salvaguardas que combatam a biopirataria digital, garantam a soberania dos dados e defendam o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) dos Povos Indígenas, promovendo, ao mesmo tempo, uma governança transparente, participativa e baseada em direitos no desenvolvimento de ferramentas, avaliações de risco e estruturas colaborativas.
- Promover a implementação inclusiva e coerente da Meta 6. Participar em diálogos e fortalecer alianças com as Partes que partilham os mesmos ideais, e promover abordagens que envolvam toda a sociedade e a abordagem "Uma Só Saúde", para garantir a cooperação intersetorial, a melhoria dos sistemas de dados e a participação significativa de mulheres, jovens e comunidades indígenas e locais na preparação para a COP17.

Item 9. Biodiversidade e agricultura.

► Sobre o que é este item?

Este ponto da agenda tratou da relação entre a biodiversidade e a agricultura ao analisar o progresso e desenvolver recomendações relacionadas ao Plano de Ação (2020–2030) da Iniciativa Internacional para a Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade do Solo. A biodiversidade agrícola — incluindo a diversidade de animais, plantas, organismos do solo e microrganismos essenciais para o funcionamento dos ecossistemas — sustenta a agricultura sustentável, ao mesmo tempo em que está ameaçada pela intensificação agrícola e pela mudança no uso da terra. Sob este item, a SBSTTA-27 analisou uma nota da Secretaria que resumiu as submissões das Partes sobre a implementação do Plano de Ação sobre Biodiversidade do Solo. O Órgão Subsidiário foi convidado a revisar essas informações e preparar recomendações para a COP17 a fim de apoiar ações coerentes e baseadas na ciência sobre manejo sustentável do solo, integração do tema em políticas, fortalecimento de capacidades, pesquisa e monitoramento.

► Sobre o que é este item?

As mulheres, incluindo aquelas pertencentes a povos indígenas, comunidades locais e pessoas de ascendência africana, que compõem coletivos que incorporam estilos de vida tradicionais, são fundamentais para a conservação, o uso sustentável e a transmissão intergeracional da biodiversidade do solo. No entanto, seus papéis permanecem amplamente invisíveis nas políticas agrícolas e na governança da biodiversidade. A biodiversidade do solo sustenta a segurança alimentar, a resiliência climática e a saúde dos ecossistemas, mas o conhecimento, o trabalho e a gestão que as mulheres contribuem para a sustentabilidade dos solos são subvalorizados, carentes de recursos e cada vez mais ameaçados pela degradação da terra, por práticas agrícolas prejudiciais e pelo acesso desigual à terra, ao financiamento e à tomada de decisões. Uma implementação do Plano de Ação (2020-2030) que ignore a perspectiva de gênero corre o risco de reforçar essas desigualdades e comprometer a ambição do KM-GBF.

As principais reivindicações do Caucus Feminino do CBD para o SBSTTA-27 foram:

- Implementar os compromissos de gênero existentes no Plano de Ação e torná-los significativos. Disposições relevantes para a questão de gênero já existem no Plano de Ação para o Solo, mas permanecem em grande parte não implementadas. As Partes e o Secretariado devem operacionalizá-las por meio de processos de monitoramento, relato e revisão sensíveis ao gênero, que refletem o conhecimento diferenciado, as contribuições e as necessidades das mulheres em relação à biodiversidade do solo e à agricultura sustentável.
- O conhecimento tradicional, local e científico das mulheres é essencial para a restauração da biodiversidade do solo, o manejo sustentável da terra e as transições agroecológicas. Sua participação e liderança devem ser reconhecidas, apoiadas e financiadas para garantir que as políticas fortaleçam a biodiversidade, ao mesmo tempo que promovam a soberania alimentar e o bem-estar da comunidade.
- Alinhar a implementação e o monitoramento do Plano de Biodiversidade do Solo com o Plano de Ação de Gênero (2023-2030). O Plano de Ação deve ser implementado sob uma perspectiva de direitos humanos e sensível ao gênero para garantir que as políticas agrícolas abordem as desigualdades estruturais, respeitem os direitos e alcancem resultados equitativos e sustentáveis em termos de biodiversidade.

➤ O que aconteceu (ou não aconteceu) durante as negociações?

As negociações se concentraram em incentivar a integração da biodiversidade do solo nas ENABs e nos instrumentos de política de clima e uso da terra, fortalecer a cooperação entre setores, expandir o monitoramento baseado na comunidade e abordar subsídios prejudiciais. No entanto, vários parágrafos operacionais, incluindo aqueles que solicitam o fortalecimento da coordenação entre os setores agrícola, ambiental e de saúde; a reforma de incentivos prejudiciais; e novas ferramentas e metodologias, permaneceram entre colchetes, refletindo a falta de acordo sobre o nível de ambição. As solicitações à Secretaria sobre colaboração, desenvolvimento de capacidades, harmonização de dados e desenvolvimento de indicadores também ficaram sem solução. Importante ressaltar que as discussões sobre gênero foram limitadas e nenhum novo compromisso específico de gênero foi introduzido, apesar das disposições já existentes do Plano de Ação e do papel fundamental que as mulheres desempenham na conservação da biodiversidade do solo. A recomendação final para a COP17, portanto, avança elementos-chave do Plano, mas deixa várias áreas substantivas, incluindo considerações de gênero, para serem decididas na COP17.

E agora? O que devemos fazer para avançar os direitos das mulheres?

Dada a atenção limitada ao gênero durante a SBSTTA-27 e os colchetes contínuos em disposições-chave, a COP17 é uma oportunidade crítica para que governos, agências da ONU, organizações de conservação e financiadores entreguem ações concretas e mensuráveis que defendam direitos, fortaleçam a agrobiodiversidade e coloquem a liderança das mulheres no centro. Nesse sentido, o Coletivo de Mulheres da CDB sugere o seguinte:

- Implementar as disposições de gênero já incorporadas no Plano de Ação sobre Biodiversidade do Solo por meio de monitoramento e comunicação focados em gênero, incluindo maior alinhamento com o Plano de Ação de Gênero (2023–2030).
- Destinar recursos e possibilitar a participação plena e efetiva e a liderança das mulheres. Fornecer apoio técnico e financeiro direcionado para agricultoras, mulheres indígenas e locais, pesquisadoras e organizações comunitárias envolvidas com biodiversidade do solo, agricultura sustentável, proteção de polinizadores silvestres e restauração de ecossistemas.
- Integrar os conhecimentos e direitos das mulheres na coerência de políticas e na ação intersetorial, incluindo por meio de metodologias harmonizadas para avançar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade do solo de maneira sensível ao gênero nos níveis nacional e global.



Item 10. Biodiversidade e saúde

► Sobre o que é este item?

Este ponto da agenda aborda as interconexões entre biodiversidade, saúde humana e saúde dos ecossistemas, com base em decisões anteriores da COP e orientado pelo Plano de Ação Global sobre Biodiversidade e Saúde. Sob este item, as Partes são convidadas a considerar o progresso no desenvolvimento de indicadores, métricas e ferramentas integradas e baseadas na ciência para monitorar os vínculos entre biodiversidade e saúde, bem como a revisar as ações contínuas de fortalecimento de capacidades, cooperação técnica e transferência de tecnologia que apoiam a adoção e implementação do Plano de Ação Global.

O item também contempla esforços para aumentar a conscientização sobre as interligações entre biodiversidade e saúde; fortalecer a cooperação com organizações internacionais e com acordos ambientais multilaterais, de saúde e de direitos humanos relevantes; e explorar, em conjunto com a OMS e a aliança Quadripartite One Health, o desenvolvimento de uma plataforma de informação on-line para reunir conhecimentos e ferramentas sobre políticas integradas de biodiversidade e saúde.

A SBSTTA foi encarregada de revisar o relatório de progresso da Secretaria e preparar recomendações para a COP17 sobre como avançar abordagens coerentes, baseadas na ciência e alinhadas ao conceito Uma Só Saúde (One Health) em toda a Convenção.

► Por que este item é relevante para a justiça de gênero?

As interligações entre biodiversidade e saúde têm dimensões claramente marcadas por questões de gênero. Mulheres — particularmente aquelas em contextos rurais, indígenas e dependentes de recursos naturais — estão frequentemente na linha de frente do cuidado com a biodiversidade e, ao mesmo tempo, entre as mais afetadas pela degradação ambiental, poluição, riscos zoonóticos e acesso desigual à saúde. No entanto, seus conhecimentos, experiências e lideranças seguem insuficientemente reconhecidos na governança de biodiversidade e saúde. Para o Coletivo de Mulheres da CDB, é essencial que o trabalho sob este item — especialmente o desenvolvimento de indicadores, o fortalecimento de capacidades e a cooperação com instituições de saúde — aplique integralmente uma abordagem interseccional, culturalmente apropriada e baseada em direitos, conforme a Seção C do KM-GBF e o Plano de Ação de Gênero.

Principais demandas do Coletivo de Mulheres da CDB para a SBSTTA-27 foram:

- Todas as ferramentas, indicadores e orientações devem refletir a Seção C do KM-GBF e o Plano de Ação de Gênero, integrando igualdade de gênero, equidade e direitos humanos nas políticas de biodiversidade e saúde, e reconhecendo riscos, capacidades e impactos diferenciados.
- Plataformas on-line e sistemas de intercâmbio de conhecimento devem documentar e disseminar experiências, ferramentas e dados diversos — incluindo conhecimentos sensíveis ao gênero e de Povos Indígenas — para apoiar uma implementação coerente e uma tomada de decisão baseada em evidências.
- A abordagem Uma Só Saúde (One Health) deve ser integrada em todos os itens correlatos — saúde, espécies invasoras, avaliação de risco e o trabalho clima-biodiversidade — para fortalecer medidas de prevenção, resiliência e resposta de formas sensíveis às questões de gênero e socialmente inclusivas.

► O que aconteceu (ou não aconteceu) durante as negociações?

Durante a SBSTTA-27, as delegações analisaram o progresso nas interligações entre biodiversidade e saúde, com discussões centradas no Plano de Ação Global sobre Biodiversidade e Saúde, no cronograma para o desenvolvimento de indicadores integrados e baseados na ciência e na necessidade de fortalecimento de capacidades, cooperação e recursos financeiros para apoiar a implementação. O Coletivo de Mulheres da CDB apresentou uma declaração escrita, lida em plenário, defendendo abordagens baseadas em direitos e sensíveis ao gênero, o fortalecimento de plataformas de compartilhamento de informações e a aplicação consistente da abordagem Uma Só Saúde (One Health), e elementos-chave dessa declaração foram incorporados ao CRP. No entanto, as negociações, de forma geral, permaneceram cautelosas: várias disposições foram colocadas entre colchetes, incluindo aquelas relacionadas ao desenvolvimento de indicadores, ao aproveitamento da Avaliação Nexus do IPBES, ao apoio financeiro à implementação e às referências à abordagem Uma Só Saúde. Embora o CRP tenha sido adotado, muitos parágrafos operacionais exigem mais negociações na COP17, e as discussões sobre gênero foram limitadas, sem que novos compromissos específicos sobre gênero fossem introduzidos — o que reforça a necessidade de uma incidência contínua para garantir que a implementação sensível ao gênero se torne um componente concreto do Plano de Ação Global sobre Biodiversidade e Saúde.

► O que aconteceu (ou não aconteceu) durante as negociações?

À medida que as negociações avançam rumo à COP17, é fundamental garantir que abordagens sensíveis ao gênero orientem a implementação do Plano de Ação Global sobre Biodiversidade e Saúde, o que será essencial para alcançar resultados equitativos, resilientes e centrados nas comunidades. Nesse sentido, o Coletivo de Mulheres da CDB sugere o seguinte:

- Os indicadores, métricas e estruturas de monitoramento desenvolvidos para o Plano de Ação Global devem integrar sistematicamente considerações de gênero, equidade e abordagens baseadas em direitos, refletindo vulnerabilidades, capacidades e sistemas de conhecimento diferenciados.
- Governos, financiadores e agências da ONU devem fornecer financiamento previsível, apoio técnico e fortalecimento de capacidades para mulheres, comunidades e profissionais de saúde, assegurando que sua liderança informe a implementação nacional e as abordagens de Uma Só Saúde (One Health).
- Plataformas on-line e colaboração interagencial devem incluir dados sensíveis ao gênero, integração de conhecimentos indígenas e locais e perspectivas baseadas na comunidade; e as Partes devem garantir que a abordagem Uma Só Saúde seja aplicada de forma consistente em todos os itens da agenda da CDB, incluindo avaliação de risco, espécies invasoras e saúde.

Esta é uma publicação coletiva em nome do Coletivo de Mulheres da CDB.

Contribuições de: Amelia Arreguin Prado, Annabel Kennedy, Berta Medrano, Cristina Eghenter, Daphné Esquivel Sada, Djitaba Sackho-Patel, Fatima El-aaraby, Lizbet Granados, Pamela Tapia, Salvatrice Musabyeyezu, Scovia Ampumuza, Shruti Ajit, Sol Parra Santos, Tiffany Strazza.

Com apoio na tradução de: Fatima El-aaraby, Juliana Mususú Velásquez, Rosa Julieta Vargas Mattos, Sol Parra Santos

O Coletivo de Mulheres da CDB (CBD Women's Caucus – CBD WC) é a constituição das mulheres no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Trata-se de uma plataforma global auto-organizada, que apoia mulheres e meninas em todo o mundo na defesa de seus direitos nos processos de tomada de decisão relacionados à biodiversidade, em todos os níveis.

For more information: coordination@cbdwomenscaucus.org



Análise dos resultados sob uma perspectiva de gênero para a SBSTTA-27 da #UNBiodiversity Novembro de 2025

